**Universidade de São Paulo**

**Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas**

**Departamento de Ciência Política**

**FLS 5028**

**Métodos Quantitativos e Técnicas de Pesquisa em Ciência Política**

**FLP0406**

**Métodos e Técnicas de Pesquisa em Ciência Política**

1º semestre / 2024

Prof. Glauco Peres da Silva

1ª Lista de Exercícios

**Instruções**

1. A lista de exercícios é individual. Você pode discutir a resposta com seus colegas, mas de forma nenhuma deverá copiar ou permitir que copiem alguma de suas respostas, sob pena de punição por plágio;
2. Para todas as questões, apresente seu raciocínio. Não serão consideras respostas em que não seja possível compreender o raciocínio seguido;
3. A interpretação do enunciado faz parte da avaliação. Em caso de dúvida que possa alterar o raciocínio, explicite as considerações necessárias utilizadas em sua resposta;
4. As respostas deverão ser submetidas em um arquivo via o link destinado a isto no *Moodle* da disciplina até o final do dia 14/04. O arquivo deverá ser nomeado da seguinte forma: *Lista 1\_Seu Nome.docx*. Não serão aceitas respostas de outra forma;
5. Bom trabalho!

**Questão 1**

Considere os fragmentos abaixo e responda à questão que segue:

“As divergências teóricas e epistemológicas entre os diversos modelos explicativos [**sobre a decisão do voto**] (...) estão na identificação das origens das propensões e das motivações para a ação política.” (p. 18)

“Para os autores desse modelo [Michigan], o indivíduo é a unidade de análise, a fonte original de informação. Por meio de opiniões e auto-avaliações individuais, os dados são colhidos por amostragem – o *survey*. A partir daí são feitas generalizações para toda a população. Os dados também devem ser interpretados segundo as motivações psicológicas dos indivíduos. (...)

É importante ressaltar o que significam as influências psicológicas neste contexto. (...) Em tais teorias, a orientação em direções a questões políticas começa antes de os indivíduos terem idade para votar e, em grande medida, são um reflexo de seu ambiente social imediato, sendo a família o ambiente preponderante. Assim sendo, as atitudes políticas se formam e se integram no sistema político por meio de um ‘sistema de personalidade’, no sentido parsoniano. Este processo de formação de atitudes é chamado de socialização política.

(...)

Neste sentido, o enunciado básico desta teoria tem a seguinte formulação: indivíduos semelhantes do ponto de vista social e de atitudes tendem a ter comportamentos políticos semelhantes, a votarem na mesma direção, independentemente de contextos históricos” (p. 25-6)

\*\*\*

“O comportamento eleitoral tem como antecedente a participação política, sendo o voto o ato final de um processo social mais amplo. A sociologia política preocupa-se fundamentalmente com as condições sociais adjacentes aos fenômenos propriamente políticos. Tais condições constituem o *contexto* no qual as instituições, as práticas, as ideologias e os objetivos se formam e atuam. Neste sentido, para compreender o voto de um jovem ou de um idoso é necessário conhecer seu contexto social e político: *onde* esses eleitores vivem e *como* vivem neste contexto.

Lipset, entre outros, mostra que o comportamento político deve ser analisado em seu contexto social e não como atividade autônoma. (...)

Portanto, não são os indivíduos e sim os *coletivos sociais* que imprimem dinâmica à política. E o que precisa ser explicado são os resultados agregados de ações coletivas. As decisões individuais têm que ser compreendidas *dentro* dos diversos grupos sociais (Lazarsfeld, *et al*., 1966:299). Elas supõem a estabilização ou a mudança de atitudes, crenças, ideologias “em termos de associação com outros membros dos principais grupos de solidariedade que envolvem o eleitor” (Parsons, 1970: 199).

Quem age, quem participa são os indivíduos, de forma organizada ou isoladamente mas para a sociologia política o ato individual não é socialmente isolado. Proposições a respeito de ações individuais derivam da condição societária por excelência: *a interação social*.

A fonte epistemológica da explicação está na interação social, que, no modelo sociológico, se estende ao comportamento político. Provisões sociológicas são proposições sobre grupos sociais que envolvem as propriedades desses grupos. Reduzir a explicação às características pessoais não é suficiente, pois a trajetória causal entre características individuais e atos sociais ‘passa através da totalidade das relações sociais’ (Przeworski; Sprague, 1986:7).” (p.48-9)

\*\*\*

“Os estudiosos desta linha de investigação [racionalidade restrita] partem de uma observação histórica muito simples: se a economia vai bem, os governantes ganham mais votos; se, contrariamente, a economia vai mal, a oposição se beneficia (Key, 1966). A redução do eleitor à posição de um juiz, com poderes para punir ou recompensar os governantes, encerra uma forma muito peculiar de conceber o comportamento humano.

(...) cada indivíduo isoladamente, no seu microcosmo, reage e age continuamente em resposta ao que ele percebe e experimenta em relação à economia (Popkin *et al*., 1976).

O exercício do voto, embora visto como um componente essencial do arcabouço institucional da democracia tem, no entanto, uma função eminentemente instrumental e estratégica (Riker, 1983). As pessoas votam se este ato for visto como potencialmente capaz de trazer-lhes algum benefício social ou econômico, divisível ou não. A visão épica da obrigação cívica cede lugar ao realismo histórico da luta política em defesa de interesses sociais e econômicos, individuais ou coletivos. Ideologia, identidades políticas e culturais e valores são reduzidos a sistemas codificados de interesses, com a função instrumental de simplificar a aquisição e processamento de informações necessárias para uma decisão políticas inteligente (Downs, 1957). O *homus psicologicus* e o *homus sociologicus* cedem lugar ao *homo economicus*: os eleitores votam por seus bolsos.

(...)

Ou seja, os indivíduos só se dispõem a votar se a utilidade [satisfação] que derivará do estado social futuro desejado for suficientemente grande para compensar o custo de envolver-se no processo político eleitoral, ainda que como mero eleitor, o que é o caso da quase totalidade dos membros de uma sociedade de massa.” (p. 75-7)

IN: Figueiredo, M. 2008. *A decisão do voto*: democracia e racionalidade. Belo Horizonte: Ed. UFMG. 239 p.

Os fragmentos acima realçam características básicas de três teorias sobre a decisão do voto: o modelo psicológico ou de Michigan, o modelo sociológico e o modelo economicista. Estas abordagens diferem em sua capacidade de explicação porque partem de premissas distintas a respeito de como o eleitor age. Suas diferenças são fundamentais, irreconciliáveis, que remontam à aspectos meta-teóricos.

Diante dos textos apresentados:

1. Discuta brevemente as diferenças originais de cada uma dessas abordagens;
2. Faça uma avaliação sobre os caminhos metodológicos ao se realizar uma pesquisa empírica em cada uma dessas abordagens;
3. O que deveria ser identificado para que se entenda a decisão do eleitor em cada caso? Se achar necessário, acesse a obra referenciada para mais informações.

É possível diferentes tipos de resposta aqui. Elas devem, porém, considerar que 1) o nível de análise entre as abordagens é diferente – o economicista e a psicológica colocam no nível do indivíduo, enquanto a sociológica coloca num nível macro, o que se caracteriza como uma diferença epistemológica entre elas; 2) o meio no qual a decisão é tomada tem diferentes níveis de importância, sendo que para o economicista ele é praticamente irrelevante, enquanto para o sociológico ele é fundamental. Aqui a diferença é não só epistemológica, mas claramente ontológica, já que acaba por entender relações reais do mundo que existem e importam para a explicação desejada; e, 3) a subjetividade dos eleitores tem relevância bastante distinta, sendo que na economicista ela é irrelevante, por ser traduzida em termo de racionalidade instrumental, enquanto nas outras duas, ela é fundamental, mas com graus de importância distintos: na psicológica, ela é maior. Estas diferenças são centrais e aparecem nos fragmentos apresentados no enunciado. A respeito dos métodos que podem ser empregados em cada abordagem, a resposta precisa incorporar as distinções acima de forma a justificar como a técnica permitirá que se identifique a motivação do voto de um eleitor típico daquela perspectiva.

**Questão 2**

Para cada uma das situações descritas abaixo, comente se e como o raciocínio contrafactual alteraria as conclusões obtidas.

1. Suponha que em uma cidade hipotética, o percentual de assaltos a residência é similar entre casas que possuem muros altos e portões fechados (segurança alta) e as casas com muros baixos e portões sem grade (segurança baixa). Mesmo sabendo que o número de residências que possuem muros altos e portões fechados compõe cerca de 80% das casas da cidade, é indiferente considerar o nível de segurança como possível fator que afete a chance de a residência sofrer um assalto nesta cidade;

Assuma que 50% das casas assaltadas tenham segurança, enquanto os outros 50% não tenham segurança. Este dado supostamente indicaria que não faz diferença que a casa tenha ou não segurança; o risco de sofrer um assalto seria idêntico. Isto seria verdade se o número casas com e sem segurança também tivessem a mesma proporção, ou seja, que também se dividissem igualmente em número. Porém, este não é o caso. Há um número muito maior de casas com segurança do que sem, o que nos informa, então, que o risco de uma casa sofrer um assalto sendo do tipo sem segurança é muito maior.

Para deixar o contrafactual explícito, podemos nos questionar qual teria sido o risco de um assalto de uma casa sem segurança? Se a resposta obtida fosse igual ao risco corrido de uma casa com segurança, ter ou não segurança não faria diferença. Porém, como este não é o caso, ter segurança reduz o risco da casa sofrer um assalto.

1. Um candidato a presidência é alvo de sérias e críveis denúncias de corrupção. Ainda assim, suas chances de eleição são bastante elevadas de acordo com as últimas pesquisas de opinião. Conclui-se, então, que um eleitor típico não leva em conta denúncias deste tipo como critério para seu voto;

Os votos que um candidato recebe em uma eleição dependem de diversos fatores, dentre eles, das alternativas à disposição dos eleitores. Vamos assumir que há apenas dois candidatos: o político A que sofreu sérias denúncias de corrupção e o político B, sem denúncia alguma. De acordo com o enunciado, no caso do político A ser favorito à vitória indica que o eleitor não considera as denúncias em sua escolha. O contrafactual está em pensarmos qual teria sido a intenção de voto neste político no caso de não haver as denúncias, pois não sabemos o número de eleitores que deixaram de votar nele por conta delas. O que sabemos é que a intenção total ainda é supostamente maior do que a do candidato B, a ponto de torna-lo favorito à eleição. Não podemos concluir que não houve quem tenha reconsiderado sua posição em razão das denúncias.

1. O Bolsa Família (BF) é um programa de elevada aprovação entre os brasileiros. O programa atende à população de uma determinada região A em maior número do que as demais do país. Pode-se afirmar que o BF é a razão pela qual esta mesma região A vota em políticos associados a ele;

Novamente, não sabemos qual teria sido a votação obtida pelos políticos associados ao BF no caso deste programa não existir. Sabemos que ambos existem ao mesmo tempo e que as regiões em que há o programa são as mesmas em que a votação dos políticos associados são altas. Mas precisamos imaginar qual seria essa votação sem o programa. Afinal, ainda que os beneficiários possam reagir positivamente ao programa, os não beneficiários também podem reagir, tanto positiva, quanto negativamente. Não sabemos nada a respeito dos comportamentos dos indivíduos nestas situações.

1. Um determinado partido adota em sua campanha para presidente uma estratégia de divulgar prioritariamente sua proposta de governo através das redes sociais. O partido recebe uma quantidade surpreendentemente alta de votos, o que o faz considerar que a estratégia é a razão para seu número alto de votos.

O contrafactual nos faz considerar a pergunta: qual teria sido a votação obtida pelo partido no caso de não ter divulgado a sua proposta de governo através das redes sociais? O fato de ter feito a divulgação e de ter obtido número elevado de votos é uma indicação de que há relação, mas para associar um evento ao outro causalmente é preciso considerar que sem a ação de divulgação, a votação teria sido menor.

**Questão 3**

Para cada um dos conceitos a seguir, identifique se haveria na mensuração proposta problemas de viés de medida, validade, confiabilidade ou nenhum deles. Discuta as suas respostas.

1. Medindo o conceito de aprovação presencial usando uma série de questionários em que se pergunta às pessoas se eles aprovam ou não a atuação do presidente;

O que se deseja saber é a opinião das pessoas e o questionário captura exatamente esta opinião. Eventuais vieses na aplicação do questionário estariam na indução ao raciocínio sobre o problema em si, a forma como a entrevista é conduzida, a ordem das perguntas, etc. Este contexto poderia produzir algum problema de confiabilidade, se considerarmos que a aplicação repetida do instrumento provocaria uma resposta diferente, o que não é esperado se a aplicação do instrumento é feita corretamente. Sendo confiável, a medida é válida já que se refere ao conceito diretamente.

1. Medindo o conceito de comunicação entre representante e eleitor acompanhando as postagens em redes sociais feitas pelo político;

Se o objetivo é compreender a comunicação entre político e cidadão de maneira ampla, a consideração apenas da internet é necessariamente apenas uma parte desta comunicação. Assim, não é uma medida válida ao conceito que se refere. O que se captura aqui é apenas a comunicação no mundo virtual, que vem ganhando importância cada vez maior, mas certamente não reduz o contato entre representante e eleitor. Se considerarmos que a comunicação estabelecida pelos políticos é composta de múltiplos canais, eles se complementarão e, necessariamente, observar apenas um destes canais produzirá viés. Não há, porém, viés de medida se tomarmos todas as postagens online realizadas pelos políticos. E também não haverá problemas de confiabilidade.

1. Medindo o conceito de posição ideológica do eleitor a partir de um questionário em que se pergunta às pessoas qual a posição dela em uma escala que varia de 0 (extrema esquerda) a 10 (extrema direita);

As pessoas possivelmente entendem de forma diferente a escala. Para além dos problemas com a aplicação do instrumento (item (a) acima), podemos obter um resultado influenciado pela percepção diferente das pessoas a respeito do que a escala significa. Acredita-se, porém, que a observação de um número elevado de opiniões possa dirimir eventuais diferenças sistemáticas e possibilite que a medida capture de fato a posição ideológica dos indivíduos. Isso cria problemas de confiabilidade, já que os entrevistados podem responder de forma diferente se perguntados novamente, e de algum viés de medida, já que a não compreensão, mesmo que agregada, pode medir algo incorreto e diferente do que seria obtido se a ideologia fosse, por exemplo, considerada pela observação da ação ou da preferência por políticas públicas. Não haveria aqui problema de validade.

1. Medindo o conceito de número de partidos em um parlamento através da contagem do número de legendas que conseguiram ao menos um assento na legislatura de referência;

A contagem direta de partidos que elegeram ao menos um parlamentar não possui problemas de confiabilidade, nem de viés de medida, já que sua aplicação, repetidas vezes, produzirá o mesmo resultado e este não está influenciado pelo instrumento utilizado. O problema está na validade. O conceito capturado não é o adequado, pois o número de parlamentares de cada partido dá a dimensão de força de cada um e de possibilidade de ação. Um partido com 80% dos assentos não é equivalente a outro com apenas 1 único representante. Neste sentido, iguala-se o que não é equivalente e seria preciso, então, construir um indicador que apresentasse essa identificação.

1. Medindo o conceito de estabilidade política avaliando a quantidade de escândalos políticos nos principais jornais do país.

Esta medida tem problema de todas as ordens. Não é confiável porque o critério de “escândalo” em um jornal não é claro e, portanto, produz resultados diferentes potencialmente em cada aplicação; possui viés de medida porque os jornais são parciais na identificação de escândalos e na sua posição singular diante do governo; e por fim, o número de escândalos é talvez uma parte daquilo que se possa chamar de estabilidade (ou a ausência de escândalos é sinal de estabilidade) mas certamente não é o único, nem o principal.